

Trágica cidade: imprensa e construção de imagens urbanas (Natal, década de 1960)

WESLEY GARCIA RIBEIRO SILVA*

Os periódicos natalenses da década de 1960 trazem em seus debates, suas notícias e seus editoriais, os aspectos de uma nova experiência urbana que a cidade proporcionava, com sua expansão fundiária e demográfica, cuja população quadruplicou em duas décadas. Colocam-se como inscrições sobre as questões identitárias da urbe, das durezas de ser uma metrópole em formação. Lugar de voz da sociedade, que se faz ler e reproduzir informações e imagens, os periódicos denotavam os problemas que assolavam a cidade, não sem instituir sentidos. Como que inseridas enquanto atendimento de demandas por fazer saber sobre os novos espaços e seu cotidiano, mas claro, constituídas a partir de pressupostos, de representações, da articulação de significados específicos.

Acompanhar os fatos urbanos de uma cidade em intenso processo de urbanização, a multiplicação de seus problemas e ao mesmo tempo a construção de novas referências, se coloca como um pretexto para discutir experiências urbanas contemporâneas: relacionadas às mediações da imprensa, a construção das noções temporais urbanas e as possibilidades de explorar a dimensão trágica como porta de entrada para se falar da cidade.

Estranha cidade

As páginas de jornal estampavam um verdadeiro caos urbano na Cidade do Natal na década de 1960. Os problemas eram os mais variados e, por mais que alguns jornais aliados do poder municipal estabelecido destacassem a atuação do então prefeito Agnelo Alves e seus grandes feitos em apenas um ano de governo (em 1967), não tinham como escapar do tema da ineficiência da municipalidade em dar conta de todas as demandas que a “metrópole” Natal então suscitava.

* Doutorando em História no PPGH-UFF. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Em março de 1967, o jornal “A Ordem” trazia em suas páginas uma crônica editorial, perfazendo uma espécie de resumo, de inventário das mazelas que afligiam a urbe. “Falando a Natal”, título do texto, trazia um tom denunciativo, de reprovação à própria cidade, encarada como um sujeito; um tom de desapontamento, como um pai que critica a filha pelos maus rumos traçados; instigando que a cidade se envergonhasse do seu estado e se endireitasse.

Você está feia Natal. Olhe como estão suas ruas: com entulhos de lixo, piscinas de lama, bichos soltos andando. E essa escuridão de meter medo a gente.

Como pode hein! Não somente as ruas distantes de bairros afastados são atingidas. A sujeira atinge a todas. Vêm cá ao centro. Senta-se as praças. Toma lugar nas avenidas. E sai desfilando afoitamente pelo asfalto.

É claro nos bairros a coisa é pior, bem pior, mil vezes pior. Lá não há asfalto, nem sempre tem paralelepípedo e com as chuvas a lama é grande e fedorenta, constituindo-se numa afronta a saúde dos habitantes, mormente as das crianças. Isso sem falar nos monturos onde animais de várias castas vão encontrar ali o seu repasto.

É lamentável Natal esse estado de coisas. Mas há ainda outro problema agudo – o da iluminação. Você está irreconhecível pelo ornamento, sem o enfeite e adorno da iluminação. E já pensou no perigo que isso traz? Na chance de ouro que dá aos marginais as suas manobras de crime e gatunagem?

Ah...nem vamos falar na falta d'água, que seria escrever uma história comprida e desalentadora. Fiquemos no que foi dito.

Se se pudesse fazer um espelho tão grande, no qual você se mirasse, com que tristeza Natal você enxergaria essas chagas!

E o que desanima é que nada parece ter cura. Será que não tem mesmo? Deve ter. Pior que isso é o câncer, e já andam a espalhar que se lhe achou cura. Quanto mais... Quanto mais...

Esperemos: você, eu, todos. Esperança é as vezes melhor que um Pau d'Arco. Esperemos que se faça algo em seu favor Natal. Que a higiene volte, que a limpeza chegue, que os bichos sejam banidos ou presos, e você, assim asseada, assim vestida de novo aspecto, possa colocar seus brincos de brilhante, digo, suas lâmpadas acesas e *voltar a ser bela e graciosa outra vez*. Esse dia será muito feliz para os seus. E trará admiração a quem a visite.

Enquanto não, resta contentar-se com a amarga verdade: de que você esta ficando feia, bem feia, bastante feia Natal!¹

¹ FALANDO a Natal. *A Ordem*, Natal, 25 de março de 1967.

São referências de uma cartografia espacial da cidade que se revela e se institui aí. Nosso interesse em destacar as falas dos jornais em relação aos problemas urbanos que afligem a cidade tem o intuito de encontrar as representações construídas; identidades ambivalentes que ao mesmo tempo prenunciam a chegada de Natal ao seu caráter de modernização, de metrópole, acaba por estabelecer uma espécie de recusa desta.

A Água, entre a Demasia e a Falta

Decerto, a cidade do Natal, as experiências que proporcionou, suscitou a construção de uma miríade de referências, imagens, representações durante a década de 1960. Porém, a partir das falas postas nos periódicos do período, podemos apontar que durante a época chuvosa Natal era adjetivada, em grande medida, por se constituir enquanto a “cidade dos tororós”.

Tororó era o termo que indicava um tipo de chuva que se principiava rapidamente, quase que inesperada, mas que se precipitava fortemente e provocava graves danos para o contexto urbano. Os problemas proporcionados pela queda de água em demasia, a cada período mais intenso de chuva, eram estampados nas páginas dos jornais: enchentes, ruas e casas alagadas, perdas de bens materiais, sujeira e lama que restavam ao fim dos temporais; transtornos, dramas para o âmbito do bem público e também para esfera do privado.

Atuando como a quem caberia inventariar os transtornos, os periódicos se esforçavam em situar para os seus leitores os locais mais afetados pelas chuvas que grassavam a cidade. Traziam também como espécie de responsabilidade sua o exercício da indignação em relação ao poder público, que não tomava providências no sentido de resolver os problemas de inundação que, segundo eles, já vinham se alastrando há vários anos.

Assim, na ocorrência das chuvas de verão e principalmente nas vésperas de comemoração do dia de São Pedro, já era possível prever o panorama que se delineava para Natal. Com as inundações, seguiam-se danificações aos calçamentos das vias públicas; a água invadia não apenas as áreas menos atendidas da infra-estrutura urbana,

os subúrbios, mas também as zonas mais antigas e centrais da cidade, como as belas casas do bairro do Tirol, afetando a dignidade dos bons cidadãos natalenses que ali residiam. Chegavam a provocar desabamentos, deixavam famílias inteiras desabrigadas.

Em agosto de 1967, os problemas decorrentes da chuva proporcionaram um evento trágico, culminante, que mereceu um editorial contundente de “A Ordem” contra a municipalidade. A Rua Vinte e Cinco de março, próxima ao Hotel Internacional, na Praia do Meio, foi totalmente inundada, obrigando a retirada em massa dos seus moradores para outros locais; uma situação vexatória e de pânico a quantos ali tinham residência. Sem providência alguma tomada pelo poder municipal, os próprios moradores da rua tiveram que tomar a iniciativa de tentar salvar seus bens, suas casas: munidos de picaretas, pás e enxadas, cavaram, eles próprios, debaixo de chuva, um canal em direção ao mar como medida para o escoamento das águas. A bem da verdade, a Prefeitura logo comparecera ao local, porém, para entupir o canal construído pelos moradores, para a frustração de todos. Como se não bastasse, passada a chuva, restava a lama e o mau cheiro e ao invés dos organismos da municipalidade, o que se fez presente foi uma onda de mosquitos e “uma manada de porcos que ao local afluiu para seus banhos nada higiênicos, num autêntico festival de imundície”².

Os espaços da cidade mais afetados já eram bem conhecidos: na região central, as chuvas afligiam tradicionais bairros como o próprio Tirol e Petrópolis. O antigo bairro da Ribeira era um dos mais afetados, “sempre que São Pedro, lá em cima, [era] um pouco mais generoso”³; para desassossego dos moradores de seus casarões, amantes das boas peças teatrais encenadas no Teatro Alberto Maranhão e dos boêmios que frequentavam a Praça Augusto Severo. O drama das inundações assumia aspectos pitorescos, afirmava o periódico “A Ordem”⁴: a cada chuva despontava o medo no bairro da Ribeira; que ficava como que uma Veneza... sem graça. Verdadeiras ilhas se formavam, como era o caso da estação rodoviária, e sem poder ter acesso aos locais inundados, perguntava-se do que valia ao natalense residir numa “cidade grande” se este não pode nem sair da sua residência para frequentar os bons lugares da urbe.

² PREFEITURA ESQUECEU a Rua 25 de Dezembro. *A Ordem*, Natal, 15 de agosto de 1967.

³ QUANDO CHOVE é assim. *A Ordem*, Natal, 11 de janeiro de 1964.

⁴ Id.

Porém, eram os bairros com a população mais pobre, menos atendidos pela estrutura urbana, que mais se ressentiam com os problemas decorrentes da chuva. O bairro das Quintas era descrito como um verdadeiro pantanal imundo, haja vista a lama e o lixo que permaneciam permanentemente após as inundações. Os moradores ficavam ilhados, sem poderem se deslocar na cidade devido às ruas intransitáveis, como as do antigo bairro do Carrasco, onde uma lagoa de captação duplicara o seu volume de água e transbordara.

As chuvas provocavam buracos que seriam “verdadeiros lagos” situados nas mais diversas artérias da cidade, o que era um perigo para os “moleques” que ali se aventuravam à procura de diversão. Mas a abundância de água verificada a cada tororó não era similar a que abastecia as residências da maior parte dos natalenses. Bairros inteiros não eram assistidos pelo abastecimento de água para o consumo dos moradores. E os tororós contribuíam para o agravamento da falta de água potável, uma vez que com as enchentes, quebravam canos e equipamentos de abastecimento dos bairros que possuíam o serviço de abastecimento de água.

A farta água que caía dos céus destruindo as artérias e invadindo as residências era como que um contraste com aquela que saía das torneiras dos natalenses. Grande parte dos bairros, principalmente os mais pobres, eram abastecidos com água a partir de poços. Os jornais informavam aos seus leitores a condição da água consumida por alguns dos seus concidadãos, como os do então afastado distrito de Ponta Negra, onde os moradores se utilizavam de água salobra de um velho cacimbão, que “ofendia” as crianças, provocando doenças. Diagnosticando o local o jornal constatava que:

O cacimbão tem uma profundidade aproximada de quatro metros. Do mesmo fazem uso diversas pessoas que tiram dali não só água para beber como também para banharem-se. Crianças cospem dentro. Vimos boiando na superfície da água diversas cascas de comida das mais variadas. Pedacos de jornais, e além de um velho que banhava inadvertidamente o seu burrico na beira do cacimbão, deixando cair dentro do mesmo à água que escorria livremente do asno. Cremos que com todos estes fatos, acrescidos também das péssimas condições em

que se encontra o cacimbão, (já tem vários anos de uso) a água que ali existe não pode de maneira alguma ser potável⁵.

De fato, apenas os bairros da Ribeira, do Tirol, Petrópolis e das Rocas possuíam, aparentemente, um serviço regular de abastecimento. Mas apesar do abastecimento ruim, a água era cada vez mais cara. Em primeiro de abril de 1967, os jornais anunciavam que a partir daquele mês o natalense pagaria mais caro por sua água; e num tom jocoso perguntava se não se tratava apenas de uma ação por parte da municipalidade ligada ao espírito do dia.

Alguns periódicos, como “A Ordem”, também mostravam algumas ações da municipalidade no sentido de atender as demandas de abastecimento. Era com bom grado que noticiava os planos de melhora por parte do Departamento de Saneamento do Estado, como a ampliação de adutoras e redes de distribuição de água. Abria espaço para as justificativas do poder público em relação ao problema de abastecimento; noticiava até mesmo ações efetivas, prontas da municipalidade, como o do serviço de abastecimento de água na comunidade de Mãe Luiza em 1967.

Porém, ante as explicações da governança, como a do então responsável pelos serviços de água e esgoto, atribuindo a falta de água a problemas externos (“a crise d’água que no momento afeta a cidade não é culpa nossa, mas consequência dos constantes cortes de energia elétrica provocando a queima de vários motores das estações⁶”) e a constatação de que após a inauguração dos poços tubulares que atenderia Mãe Luiza, estes deixaram de funcionar, era um clima de desapontamento, misturando tons trágicos e pitorescos com os quais os periódicos tratavam os problemas de Natal e a ineficiência de seu organismo municipal.

Assim, num período em que a demasia e a falta de água se constituíam enquanto problema, não era à toa que um entrevistado fizesse lembrar que “antigamente” Natal não possuía tantos problemas como os que ocorriam naquele período. O bairro da Ribeira mesmo, apesar de se situar na parte baixa da cidade, não sofria tanto com as

⁵ HABITANTES DE Ponta Negra bebem água que transmite doenças. *A Ordem*, Natal, 29 de maio de 1965.

⁶ QUANDO A AGUA briga com a luz a população sofre os estragos. *A ordem*, Natal, 22 de outubro de 1966.

chuvas. É assim que, sem a atenção do poder público, o editorial do Jornal chegava a conclusão de que “Natal está ficando bem feia” e fazia votos e aclamações para melhorias na cidade, para que ela voltasse a ser “bela e graciosa outra vez”, que retomasse as configurações que havia deixado para trás.

A Cidade da Sujeira

Além dos cerca de 200 mil habitantes, a Cidade do Natal também abrigava em suas avenidas e logradouros uma quantidade enorme de lixo, o que dificultava o trânsito de pessoas e veículos, sem falar do mau cheiro que empestava os ares dos bons cidadãos. É com esta imagem que os periódicos da época retratam a Cidade do Natal e seus problemas envoltos com a questão da coleta e tratamento dos resíduos.

Em 1965, o periódico “A Ordem” estampava como manchete principal de capa a denúncia realizada por organizações de saúde acerca dos métodos que a cidade usava em relação ao lixo⁷. Este se espalhava pelas ruas, devido à falta de um serviço de coleta eficaz, o que dava margem para as famílias natalenses correrem o risco de contraírem doenças e proliferarem insetos e parasitas. As práticas de lançamento do lixo sobre terrenos a céu aberto e em águas interiores foram totalmente condenadas e o bom cidadão natelense era descrito não só como aquele que se recusava a adotar tais práticas, como também que denunciava às autoridades competentes seus vizinhos ou conhecidos que acabavam por dotar a urbe de um clima de verdadeira calamidade, de aparência repugnante e mau-cheiro insuportável.

A preocupação com a Limpeza Urbana fizera com que os periódicos conchassem as autoridades governamentais a levar um representante do estado para participação no seminário “O Problema do Lixo no meio urbano”, realizado na Universidade de São Paulo. Coube ao então monitor da cadeira de Higiene Geral e Saneamento, engenheiro Josemá Azevedo, a necessária tarefa de participar das conferências, reuniões e debates, tentando, a partir da experiência de outras cidades

⁷ ORGANIZAÇÕES de saúde condenam métodos que ainda utilizamos com o lixo. *A Ordem*. Natal, 6 de novembro de 1965.

brasileiras, encontrar soluções para o grave problema da limpeza pública da capital potiguar.

Havia lixo demais, salientavam os jornais. “Isto se passa em toda parte, até mesmo nas ruas mais centrais da cidade, o problema é o mesmo, sujeira, lama, e as ervas que nascem entre os paralelepípedos”. Pior era para aqueles moradores distantes do centro da cidade que eram obrigados a conglomerarem seus resíduos em terrenos vazios. Apesar do bom caminhão coletor de lixo, como afirma o periódico, este demorava cerca de vinte e cinco dias para exercer a prática da coleta nesses bairros.

Os monturos de lixo de tão corriqueiros e persistentes chegavam mesmo a constituir uma espécie de referência geográfica à espacialidade urbana. “A Ordem”⁸ até mesmo indicou para seus leitores os principais monturos da cidade que, como fazia questão de frisar, não afligiam apenas os bairros mais distantes, mas também as principais ruas das áreas centrais: um cordão de sujeira servia de guia para aqueles que trafegassem nas largas Avenidas Floriano Peixoto, Prudente de Moraes e Campos Sales, no bairro de Petrópolis; monturo na Rua Voluntários da Pátria e em frente ao sobradinho, localizados nas imediações da Praça André de Albuquerque; monturo na Rua Sachet, no bairro da Ribeira, que seria a vencedora em termos de montanha de lixo das áreas centrais e local preferido para as peripécias dos urubus; a rua José Ivo, tradicional reduto da vida boêmia no centro da cidade, numa sujeira total, com lama e lixo fazendo parte do seu leito, parecia agora adequada ao termo que desde a muito se lhe referiam e era conhecida: Beco da Lama.

Nos bairros suburbanos, o ambiente era ainda mais desolador: nos bairros das Rocas e das Quintas, haveria ruas em que não havia um só trecho em que predominasse a higiene. Porém, era na localidade de Igapó que o acúmulo de lixo mais se constituía enquanto problema de saúde pública; afinal, todo o lixo coletado da cidade era ali posto, “mais isto não teria nada se não fosse colocado bem próximos das residências como fazem, ali a fedentina é a maior”⁹.

8 Ibid.

9 Ibid.

Efetivavam-se reclamações constantes acerca do acúmulo de lixo e lama nos diversos bairros e “artérias” de Natal, onde haveria a carência de coletores de lixo. Carência que oportunizara a ocorrência dos indesejáveis catadores, que seriam comuns por parte dos pobres, que empestavam a cidade, revirando e desfilando os resíduos de lixo pelas ruas, para vender, para usar e até mesmo para comer, chocando os cidadãos obrigados a assistir tal cena.

A municipalidade era criticada ainda por tratar o problema do lixo como uma questão “amadora”. Ora, a coleta, o transporte e o tratamento dos resíduos deveriam ser tratados como um problema de engenharia sanitária, tal como recomendava o engenheiro Josemá Azevedo (monitor da Cadeira de Higiene Geral e Saneamento da Escola de Engenharia de Natal), entrevistado por “A Ordem”. Assim, um órgão com autonomia administrativa, técnica e financeira deveria ser incorporado à administração pública, no sentido de implementar questões como aterros sanitários; produção de adubos a partir dos resíduos; e a digestão com lodos de esgotos sanitários ou a partir da incineração. Assim, os saberes técnicos eram conclamados para a resolução dos problemas, como únicos recursos efetivos de combate à questão urbana.

A cidade que há menos de 30 anos atrás era identificada como moderna, apresentava aos olhares de seus contemporâneos um aspecto totalmente transformado e ameaçador à saúde pública (suscitando reclamações e debates na Câmara Municipal, em relação ao Departamento de Limpeza Pública e providências higiênicas e urbanísticas da capital), ao ponto de ser caracterizada como a “cidade da sujeira”; inclusive “fazendo com que aqueles que nos visitem pela primeira vez tenham uma péssima ideia de nossa terra”¹⁰.

Uma Cidade que Cresce no Escuro

Trafiar pelas ruas da cidade a pé, de automóvel ou mesmo nos transportes coletivos, ao cair da noite, constituía-se em tarefa não tão agradável assim. Afinal, apesar do crescimento que a urbe apresentava, até mesmo no sentido do oferecimento de

¹⁰ NATAL tem lixo demais. *A Ordem*. Natal, 18 de março de 1967.

novas diversões, como um planetário, doado pelo governo norte-americano em 1967, Natal era uma cidade que crescia no escuro.

Quem chega a Natal por via aérea verá a que grau chega a escuridão da cidade, somente aqui e acolá ver-se trechos bem iluminados, ou mesmo quem mora na cidade em seus passeios dominicais ou se estuda à noite ao retornar para casa ver como são nossas artérias nesta parte do dia, quase que não existem lâmpadas nos postes e as poucas que ainda existem são fraquíssimas, dando para iluminar um pequeno trecho¹¹.

Nem mesmo as principais artérias escapavam da escuridão que o ambiente noturno proporcionava. Deslocar-se nesse horário pelas avenidas Deodoro da Fonseca e Rio Branco, as principais até então da cidade, era enfrentar uma escuridão quase que total. Postes e lâmpadas, até que existiam, porém, eram fracas, colocadas, segundo os jornais, a uma distância enorme uma da outra. Na Avenida Deodoro da Fonseca, seu principal trecho, do cinema Rio Grande até a Rua João Pessoa, até que possuía uma iluminação regular, porém, somente até as vinte e duas horas. A Avenida Rio Branco possuía uma iluminação melhor, mas não devido aos serviços públicos e sim aos efeitos luminosos dos anúncios das casas comerciais que ficavam acesos até por volta das vinte e três horas; após tal horário: escuridão total.

Para aqueles que por variados motivos necessitavam ir e voltar do centro da cidade à noite, a situação em termos de iluminação pública também era péssima. Era como que uma espécie de percurso da escuridão, tomar as ruas que ligavam o centro aos bairros da Ribeira, numa direção e do Alecrim, em outra, e, por conseguinte os bairros suburbanos. A artéria que servia de eixo de ligação do centro com o bairro do Alecrim, a então Rua Coronel José Bernardo não possuía uma só lâmpada e, como salientavam os periódicos, “o trânsito ali não era mole”. O percurso continuava Alecrim adentro, todo com iluminação, para se dizer o mínimo, segundo os jornais, precária: Ruas Amaro Barreto, Presidente Bandeira, que abrigavam a maior parte do já tradicional comércio do Alecrim.

Pior para aqueles que realizavam a chamada volta aos subúrbios:

¹¹ NATAL: uma cidade que cresce no escuro. *A Ordem*, Natal, 11 de março de 1967.

Muitos de nossos jovens, estudam à noite e muitos deles residem em bairros distantes [...] as aulas normalmente terminam as 22 horas, do colégio saem para tomar o transporte coletivo que se dirige para o bairro onde reside, acontece que nem todas as vezes eles tem a sorte de encontrar logo o coletivo então chegam em suas residências altas horas da noite, nestes bairros todas as artérias possuem iluminação precária e as vezes nem isto existe¹².

Para esses, o problema da precariedade da iluminação não se constituía no fato de uma visualização ruim no momento de guiar o automóvel, algo que poderia ocasionar acidentes, mas sim no perigo da ocorrência de crimes. Afinal, os “fora da lei” aproveitavam-se justamente dessas condições, “ficando nas esquinas esperando alguma vítima não só para roubar ou assassinar, mas pelo simples prazer de fazer o mal”.

Interessante notar que a preocupação em mostrar ao visitante, ao turista, uma boa cidade, bela, parece cada vez mais figurar como uma das preocupações centrais não só dos jornais, mas também do próprio aparato administrativo governamental. É assim que há toda uma série de iniciativas do governo em inaugurar o novo sistema de iluminárias de mercúrio coincidindo com o lançamento do Hotel Reis Magos, agindo em busca do turismo em Natal.

Contudo, para desassossego das famílias natalenses e revolta dos contribuintes que viam as tarifas de iluminação pública aumentar¹³, as melhorias da iluminação elétrica só chegariam efetivamente à área que ligava a entrada da cidade, no caminho do Aeroporto Augusto Severo, até a região da orla marítima, nas Praias do Meio – onde se localizava o hotel –, Areia Preta e do Forte.

A medida de iluminar a entrada da cidade, até o hotel, foi mais para dar melhor impressão aos visitantes de Natal. Em vez de uma má impressão deixada por uma cidade escura, teremos uma cidade iluminada com luzes de mercúrio e asfaltada, modificando a idéia de uma capital-província. Vai-se trafegar

¹² Ibid.

¹³ No final da década de 1960, a Cidade do Natal começou a ser atendida por energia elétrica transmitida pela Hidrelétrica de Paulo Afonso, no Rio São Francisco, no Estado da Bahia.

por uma artéria devidamente iluminada, e que termina com um hotel digno em Natal e dos melhoramentos introduzidos¹⁴.

Apesar dos elogios de tal iniciativa por parte de jornais como a Tribuna do Norte, outros periódicos como o Diário de Natal encaravam ironicamente tal iniciativa, discutindo se haveria possibilidade de as luzes que iluminavam a entrada da cidade não refletissem nas ruas da Cidade Alta.

Assim, o problema da iluminação pública continuava a frequentar constantemente os jornais, sugerindo a falta de estrutura urbana que acompanhava o crescimento cada vez maior da cidade. Os artigos destacavam a hora de se dar a Natal uma iluminação pública que correspondesse ao progresso da cidade, pois o problema já estaria se tornando calamidade.

Coletivos que Andam a Vara e Remo

A frota de transportes coletivos que serviam a população natalense contava no ano de 1966 com quatorze linhas cujos percursos se faziam principalmente no sentido dos bairros em direção ao centro da cidade, levando os trabalhadores para suas ocupações e os consumidores para as diversas lojas, já que era no centro que se efetivava o grande ponto de comércio e serviços, cumprindo a “vocação” de Natal para o setor terciário.

A distribuição das quatorze linhas se traduzia nos 134 veículos, pertencentes a uma única companhia e “A Ordem” nos fez o favor de quantificar as linhas: Areia Preta / Alecrim, com dezesseis veículos; Rocas / Quintas, com 25 veículos; Santos Reis / Lagoa Seca, com dezesseis veículos; Rocas / Alecrim, via Av. Jaguarari, com cinco veículos; Rocas / Alecrim, via Av. Alexandrino de Alencar, com cinco veículos; Circular, via Lagoa Manoel Felipe, com 2 veículos; Circular, via Praça Pedro Velho, com dois veículos; Rocas / Petrópolis, com seis veículos; Rocas / Morro Branco, com sete veículos; Rocas / Nova Descoberta, com dez veículos; Rocas / Nazaré, via Av.

¹⁴ ILUMINAÇÃO completa hotel na busca por turismo. Romualdo Galvão, diretor da COSERN, em conversa com A Ordem. *A Ordem*, Natal, 28 de agosto de 1965.

Dom Eugênio, com quinze veículos; Rocas / Bom Pastor, com quinze veículos; Rocas / Igapó, com cinco veículos; Rocas / Vila Naval, com oito veículos¹⁵ – que percorriam diariamente a cidade.

A municipalidade estabelecia critérios, que em tese deveriam ser seguidos rigorosamente, visando proporcionar ao usuário uma viagem segura e confortável, sendo essenciais para que os coletivos trafegassem. Assim, exigia-se dentro dos veículos: cigarra funcionando, corre-mão para apoio dos passageiros, bancos sem rasgões e extintor de incêndio; e fora do veículo: lanternas, sinaleiras, step funcionando, pintura adequada, limpador de pára-brisa, vidro pára-brisa e espelho retrovisor.

Contudo, não era apenas ironicamente que o periódico festejava o fato de que tais critérios não fossem cumpridos a risca. Afinal, se o Departamento de Trânsito de Natal, com seus quatro inspetores – que não dispunham de nenhuma viatura para realizar diligências e atender casos – pusesse em prática tudo aquilo que determinava a portaria municipal, a população veria diminuída a frota em nada menos de cinquenta e seis veículos.

O estado dos veículos coletivos que trafegavam pela cidade era tal que termos como “caindo aos pedaços” e que “andam a vara e a remo” eram comumente empregados para adjetivá-los. Devido a tais circunstâncias, havia até mesmo ônibus que se tornavam famosos, como o que fazia a linha Circular, via Praça Pedro Velho, conhecido pelos passageiros como “trem das onze”, que havia parado durante quatorze dias consecutivos em um só mês.

Além dos coletivos sem condições de circulação adequadas, tornando a viagem uma verdadeira aventura, outro problema, não menos importante, era motivo de reprovação nas páginas dos jornais, que invocavam a prefeitura municipal a tomar as devidas providências:

Medida fundamental deveria ser tomada pelo Departamento de Trânsito no sentido de patrocinar cursos sobre a maneira de tratar os passageiros, destinado aos cobradores e motoristas. Infelizmente, isto não acontece e, talvez, por estes motivos, é

¹⁵ NOSSOS coletivos andam a vara e a remo. *A Ordem*, Natal, 22 de janeiro de 1966.

que verifiquem grandes abusos nestes sentidos. Um curso igual para os passageiros não seria má idéia¹⁶.

Porém, se se constituía enquanto problema a péssima condição dos coletivos e a ação dos que “sem a mínima dose de educação, ficam desacatando famílias, com piadas e pornografias”, os “play-boy”¹⁷ e alguns cobradores e motoristas, pior era quando o transporte nem circulava, como acontecia com diversos bairros que não eram atendidos com o transporte coletivo.

Nem mesmo as medidas tomadas pela municipalidade no sentido de efetivar melhorias no trânsito natalense pareciam agradar os jornais da cidade, denotando as confusões estabelecidas na cidade em decorrência da aplicação do Plano Viário Municipal do ano de 1966. Destacavam a falta de consciência da administração em colocar a Avenida Rio Branco, principal artéria de Natal, larga e bem asfaltada, como mão única, deixando às estreitas e coloniais ruas de seu entorno a tarefa de servir como via de retorno.

Os periódicos não se escusavam nem mesmo de tecer comparações com o antigo sistema de transporte público da cidade, realizado a partir dos bondes. Destacava-se que, apesar de que do ponto de vista tecnológico ser um meio de transporte superado, os bondes que circulavam desde a Ribeira até a Cidade Alta, indo até mesmo até a Praia de Areia Preta, eram mais seguros, mais confortáveis. E seriam melhores do que os ônibus não apenas por esse conforto material supostamente proporcionado, mas principalmente, pelas questões das vivências possibilitadas pelo “requinte” de tomar o bonde que havia ligado os então antagônicos bairros da Ribeira e da Cidade Alta. A Cidade do Natal não apresentava mais bondes, nem seria adequado, haja vista não poderem atender a demanda estabelecida de 1960. É certo que as falas do periódico não apregoassem a sua volta, porém, decerto ficavam satisfeitos de poder encontrar no passado algumas referências para o exercício de comparação, um saudosismo, por assim dizer, inventado.

16 id.

17 Ibid.

Conclusão

Por um lado, colocavam-se relações positivas, de contentamento pela nova configuração que a cidade assumia. O que se sobressaía aqui era a dimensão modernizadora que se constituía, com aumento no número de pessoas, de edifícios, de estruturas urbanas, da dinâmica econômica. Afinal, Natal, pela sua urbanização veloz e intensa, era efetivamente – e isso vem claramente permear as páginas dos periódicos da época – passível de comparação às outras cidades brasileiras (guardadas as devidas ressalvas e dimensões), nem que fosse pelos “problemas” que a modernização proporcionava. Destacava-se que apesar de tudo, Natal acompanhava o desenvolvimento que o Brasil seguia.

Se há a perda de toda uma série de referências espaciais que a cidade proporcionava, o modo de se relacionar com uma “nova Natal”, com uma experiência distinta de até então, era levada a cabo a partir da construção de um passado áureo da cidade, “sem problemas”, onde a cidade era moderna, apesar de pequena: mas afinal era isso mesmo que se constituía como algo positivo, ser uma cidade que agregava, quase que harmoniosamente, o provincianismo e a modernidade. Um passado da cidade, de fato, idealizado, uma construção para dotar um sentido ao modo de experimentar a Natal que aí vai se configurando: é a cidade do início do século que vai servir de referências identitárias para se relacionar, experimentar a cidade dos contemporâneos.

Referências

CANCLINI, Néstor García. Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação. **Opin. Publica**, Campinas, v. 8, n. 1, maio 2002 .

KNAUSS, Paulo. A cidade como sentimento: história e memória de um acontecimento na sociedade contemporânea - o incêndio do Gran Circus Norte-Americano em Niterói, 1961. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 27, n. 53, jun. 2007 .

MARTINS, Ismênia de Lima & KNAUSS, Paulo (org.) **Cidade múltipla**: temas de história de Niterói. Niterói: Niterói Livros, 1997.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, 1995, p. 279-290.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

16

ROSSI, Aldo. **Arquitetura da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.